



A poucos dias para o encerramento do prazo, em 29 de maio, especialistas alertam para importância de observar as novas regras da Receita Federal

ENTREVISTA

IRPF 2026 entra na reta final e declaração exige atenção redobrada

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A pouco mais de duas semanas para o encerramento do prazo de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2026, marcado para 29 de maio, às 23h59min, contribuintes entram em uma fase decisiva para evitar multas, pendências fiscais e perda de benefícios. Para o vice-presidente de relações institucionais do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), Celso Luft, o momento exige atenção redobrada, especialmente diante das novas re-

gras implementadas pela Receita Federal nesta edição.

Segundo Luft, o calendário mais curto neste ano surpreendeu parte dos contribuintes. O programa gerador da declaração foi disponibilizado apenas em 23 de março, reduzindo o tempo tradicionalmente destinado ao preenchimento. A mudança decorre da modernização tecnológica promovida pela Receita Federal, que ampliou o uso de sistemas de cruzamento digital de dados, Inteligência Artificial e aperfeiçoou a declaração pré-preenchida. “A recomendação é não deixar para os últimos dias. O contribuinte que

se antecipa consegue revisar melhor as informações e reduz significativamente os riscos de inconsistências”, destaca.

Entre os principais pontos de atenção está a obrigatoriedade de entrega para quem recebeu rendimentos tributáveis superiores a R\$ 35.584 em 2025. Embora a atualização da faixa de isenção tenha retirado parte dos trabalhadores de menor renda da obrigatoriedade, milhões ainda precisam prestar contas ao Fisco. Quem perder o prazo estará sujeito à multa mínima de R\$ 165,74, podendo chegar a 20% do imposto devido, além de enfrentar restrições cadastrais

no CPF, o que pode impactar financiamentos, emissão de passaporte e participação em concursos públicos.

Uma das novidades mais comentadas desta temporada é o chamado “cashback do IR”, mecanismo de devolução tributária voltado a contribuintes de baixa renda inscritos em programas sociais, como o CadÚnico. O benefício pode alcançar até R\$ 1 mil, mesmo para quem não possui valores tradicionais de restituição.

Para o vice-presidente de relações institucionais do CRCRS, trata-se de uma medida de caráter social importante, mas que exige atenção ao correto

preenchimento cadastral para garantir o acesso ao recurso.

Outra transformação relevante envolve a expansão da declaração pré-preenchida, agora abastecida com dados mais abrangentes, incluindo informações do e-Social, despesas médicas, investimentos, previdência privada, imóveis e veículos. “A declaração pré-preenchida facilita muito, mas não elimina a necessidade de conferência. O contribuinte continua responsável por validar cada informação”, reforça o dirigente.

A Receita também passou a exigir detalhamento específico para ganhos com apostas online, as chamadas bets, e endureceu o monitoramento sobre criptoativos. Operações superiores a R\$ 6 mil com moedas digitais precisam ser informadas, incluindo stablecoins e novos ativos digitais. Exchanges nacionais já enviam dados automaticamente, ampliando o poder de fiscalização.

Na avaliação de Luft, os erros mais comuns continuam sendo omissão de rendimentos, falhas na declaração de despesas médicas, inconsistências com dependentes e divergências em investimentos. Por isso, a reta final deve ser marcada por revisão documental minuciosa, cruzamento de informes bancários, conferência de recibos e análise detalhada da declaração pré-preenchida. Optar pelo recebimento da restituição via PIX, utilizando o CPF como chave, também pode representar vantagem competitiva, já que a modalidade passou a integrar os critérios de prioridade nos lotes de pagamento.

Com o avanço da digitalização e da fiscalização automatizada, especialistas reforçam que a entrega correta e antecipada tornou-se mais estratégica do que nunca. Na prática, mais do que cumprir uma obrigação tributária, declarar com precisão significa proteger o contribuinte de problemas futuros e, em muitos casos, maximizar benefícios financeiros disponíveis. Para Celso Luft, informação, organização e revisão são os pilares para encerrar o IRPF 2026 com segurança.

LEIA MAIS NA PÁGINA 3